

Oralidade & processo penal

*Fernando Martinho
de Barros Penteado*





Belo Horizonte Av. Brasil, 7843, Savassi, Belo Horizonte, MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007	São Paulo Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82 Bela Vista – São Paulo, SP CEP 01310-933
--	---

WWW.EDITORAD'PLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, Fernando Martinho de Barros Penteado

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Nathália Torres

Diagramação Bárbara Rodrigues

Catálogo na Publicação (CIP)

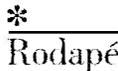
P419 Penteado, Fernando Martinho de Barros
Oralidade e processo penal / Fernando Martinho de Barros
Penteado. 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
402 p.

ISBN 978-65-5589-093-8

1. Direito. 2. Direito Processual Penal. I. Título.

CDDir: 341.432

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472



Sumário

Lista de abreviaturas.....	13
Nota do autor.....	15
Prefácio.....	17
Apresentação.....	21
Introdução	25
1. Aspectos históricos da oralidade na sociedade e no direito	29
1.1. Linguagem e civilização.....	29
1.2. O antagonismo oralidade/escrita e a contemporaneidade.....	32
1.3. A importância da história na compreensão do direito.....	35
1.4. O direito arcaico.....	36
1.5. O direito antigo.....	41
1.5.1. Os direitos cuneiformes.....	41
1.5.2. O direito egípcio.....	43
1.5.3. O direito grego.....	44
1.5.3.1. Organização judicial	48

1.5.3.2. Ação e procedimento.....	50
1.5.4. O direito romano.....	52
1.5.4.1. O processo comicial.....	54
1.5.4.2. As <i>quaestiones perpetuae</i>	57
1.5.4.3. A <i>cognitio extra ordinem</i>	61
1.6. O processo penal germânico.....	63
1.7. O processo romano-canônico.....	70
1.7.1. Procedimento e características.....	72
1.7.2. Sistema das provas legais.....	74
1.7.3. O direito comum.....	75
1.7.4. A oralidade e o direito romano-canônico.....	78
1.8. O processo contemporâneo.....	80
2. Acepções e natureza jurídica.....	87
2.1. Acepções da oralidade.....	87
2.1.1. Oralidade como forma do ato processual.....	87
2.1.2. Oralidade como modelo de processo.....	93
2.1.3. Oralidade forte e fraca.....	99
2.1.4. Oralidade como garantia no direito internacional dos direitos humanos.....	100
2.2. Natureza jurídica.....	102
2.2.1. Vertente dos princípios constitucionais.....	105
2.2.2. Vertente dos princípios gerais do direito.....	107
2.2.3. Vertente dos princípios sistematizadores.....	108
2.2.4. Critérios de distinção.....	111
2.2.5. Oralidade como princípio.....	116
2.2.6. Oralidade como regra.....	119
2.2.7. Oralidade como critério.....	120
2.2.8. Oralidade como técnica (ou regra técnica).....	122

3. Marcos teóricos e caracterização	127
3.1. Audiência: instrumento chave da oralidade.....	127
3.2. Fundamento político.....	131
3.3. Fundamento racional.....	133
3.3.1. Compreensão cênica.....	136
3.4. Fundamento instrumental.....	138
3.4.1. Livre convencimento e melhor averiguação do fato.....	140
3.4.2. Contraditório.....	142
3.4.3. Celeridade.....	144
3.4.4. Publicidade e controle dos atos estatais.....	145
3.5. Os elementos da oralidade.....	149
3.5.1. Forma oral como condição de validade dos atos processuais.....	149
3.5.2. Imediação.....	155
3.5.2.1. Aspectos conceituais.....	155
3.5.2.2. A relação oralidade/imediação.....	161
3.5.2.3. Imediação em sentido formal e material.....	165
3.5.2.4. Imediação em sentido estrito e amplo.....	168
3.5.2.5. Outros sentidos.....	169
3.5.2.6. Paralinguagem e linguagem corporal.....	170
3.5.2.7. Técnica de formação de provas e método de convencimento.....	179
3.5.3. Identidade física.....	181
3.5.4. Concentração.....	183
3.5.5. Irrecorribilidade das interlocutórias.....	187
3.6. A prática de “despachar” com o juiz.....	189
3.7. Oralização e incorporação por leitura.....	191
3.8. Oralidade e relativização.....	193
3.9. Oralidade e o segundo grau de jurisdição.....	198
3.9.1. Modelos recursais.....	199

3.9.2. O duplo grau de jurisdição como fator de restrição à oralidade.....	202
3.9.3. Imediação e o julgamento da apelação.....	208
3.9.4. O entendimento do Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	212
3.9.5. O entendimento do Tribunal Constitucional da Espanha.....	216
3.9.6. A gravação em suporte audiovisual da audiência de primeiro grau.....	222
3.10. Os novos expedientes tecnológicos.....	227
4. Oralidade na legislação processual brasileira.....	233
4.1. A estrutura procedimental antes da reforma de 2008.....	233
4.2. A estrutura procedimental após a reforma de 2008.....	239
4.2.1. A Lei 13.964/19 e o juiz das garantias.....	242
4.2.2. Depoimentos de testemunhas e interrogatório fora da sede do juízo da causa.....	251
4.2.3. A videoconferência.....	253
4.2.4. O uso de intérpretes e tradutores em depoimentos.....	258
4.2.5. Depoimento prestado por escrito.....	259
4.2.6. Debates.....	261
4.2.7. Gravações em sistema audiovisual.....	263
4.2.8. A identidade física do juiz (artigo 399, § 2º).....	267
4.2.8.1. Alcance da norma.....	267
4.2.8.2. Exceções à vinculação.....	275
4.2.8.3. O juiz natural e a identidade física.....	283
4.2.8.4. Aplicação da sanção penal.....	287
4.2.9. A valoração das provas.....	289
4.2.9.1. A leitura de depoimentos anteriores e o testemunho de ouvir dizer.....	302
4.2.9.2. A prova produzida perante juízo incompetente e a prova emprestada.....	309

4.2.10. A irrecorribilidade das decisões interlocutórias	317
4.3. ● procedimento dos crimes dolosos contra a vida	319
4.3.1. Antes da reforma de 2008	319
4.3.2. Após a Lei 11.689/08	320
4.4. ● procedimento sumaríssimo	328
4.5. A oralidade e o segundo grau de jurisdição no direito brasileiro	332
4.5.1. Aspectos procedimentais	332
4.5.2. A imediação e o julgamento do recurso de apelação	338
4.5.3. As ações penais originárias	349
4.6. A Lei 12.694/12 e os juízos colegiados de primeiro grau	350
4.7. A audiência de custódia	354
Conclusão	361
Referências	367